

6

Narrativas e organização da experiência desviante

“When talking about their lives, people lie sometimes, forget a lot, exaggerate, became confused, and get things wrong. Yet they are revealing truths. These truths don’t reveal the past “as it actually was”, aspiring to a standard of objectivity. They give us instead the truths of ours experience...Unlike the Truth of the scientific ideal, the truths of personal narratives are neither open to proof nor self-evident. We come to understand them only through interpretation, paying careful attention to the context that shape their creation and to the world views that inform them.”

Personal Narrative Group

Ao longo desta tese, está-se procurando ressaltar a imbricação entre interação social, discurso e identidade. Dentre os estudos que se dedicam a essa interseção, são cada vez mais comuns aqueles que privilegiam as narrativas orais que emergem de interações como um objeto privilegiado para a investigação dos processos de construção de identitária (Shiffrin, 1996; Moita Lopes, 2001; Fabrício e Bastos, 2009; Bastos, 2003; 2008). Isso porque, nas histórias que contam, os atores sociais organizam o mundo a sua volta e posicionam-se avaliativamente quanto aos personagens, objetos e ações narradas, e, em função disso, contingencialmente, estabilizam um *self*, agora sim passível de análises sensíveis a sua complexidade.

Esta pesquisa elege a análise dessas formas de discurso, abundantes nas entrevistas gravadas para o presente estudo, como o escopo para a abordagem qualitativa e interpretativa que interessa à proposta de pesquisa aqui delineada, a saber, o modo como os internos de um complexo penitenciário constroem compreensão sobre si mesmos e manejam (neutralizam) seu estigma perante interlocutores não-desviantes. Como se verá no capítulo seguinte, era comum que em toda entrevista, sem que a entrevistadora tivesse requerido isso explicitamente, narrativas sobre a entrada para o crime fossem contadas, de uma forma quase sempre razoavelmente padronizada. Esses dados, analisados ao longo da pesquisa, apontam para as narrativas como o lugar discursivo em que são produzidas justificativas para a ação desviante de modo a conformá-la ou ressignificá-la com base em padrões de “normalidade” (cf. Cap. 3).

As narrativas têm sido estudadas em termos de sua estrutura sintática (Labov e Waletzky, 1968; Labov, 1972; Bamberg e Georgakopoulou, 2008), e emergência em contextos interacionais diversos (Sacks, 1984; Garcez, 2001; Mishler, 1986; 2001). O presente capítulo revisa brevemente esses estudos e mantém foco naqueles que ofereceram subsídios produtivos para o percurso analítico até aqui percorrido: o conceito de histórias de vida tal como formulado por Linde (1993); o conceito de ponto de virada (Mishler, 2002); a ideia de “normalização” do extraordinário (especialmente Bruner, 1990).

6.1

Narrativa como recapitulação de experiências passadas e seus critérios de identificação

Os estudos de Labov e Waletzky (1968) e Labov (1972) inauguram a pesquisa sobre narrativa, definindo-a como um método de se recapitular experiências passadas, combinando, a partir de propriedades identificáveis bem delimitadas, sequências verbais e sequências de eventos. O modelo canônico que daí se depreende objetiva descrever os aspectos dessa ordenação, que se dá em termos sintáticos, isto é, em função da linearidade da fala (Saussure, 1929), concatenando-se orações no passado de modo que a história, como um espaço de referência, remeta à sequência de eventos cronológicos que ocorreram no passado. Nas palavras do autor: “a narrativa será considerada (...) uma técnica para construir unidades narrativas que correspondem à sequência temporal daquela experiência” (idem: 37).

Para Labov (1972), uma narrativa bem formada deve obedecer tipicamente à seguinte estrutura formal:

- 1) **Sumário:** resumo inicial do que virá a seguir, com introdução do assunto e da razão por que a história é contada.
- 2) **Orientação:** identificação de personagens, tempo e lugar e atividades narradas, necessárias à contextualização da sequência de eventos.
- 3) **Ação complicadora:** sequenciação temporal de orações narrativas, em que o narrador efetivamente conta o que aconteceu, sendo, portanto, o elemento necessário e suficiente para a caracterização de um discurso narrativo. Labov afirma que, se pelo menos duas orações no passado

estiverem sequencializadas, remetendo a um passado temporal, se está diante de uma narrativa, estando esta em sua forma *mínima*.

- 4) **Avaliação:** explicitação da postura do narrador em relação à narrativa de forma a enfatizar a relevância de algumas de suas partes em comparação a outras. A avaliação também deixa entrever a razão de ser da narrativa. Para Labov, toda narrativa tem um ponto, isto é, um motivo que justifique sua reportabilidade, condição que, segundo o autor, sustenta a relevância comunicativa da criação de uma história em um dado contexto interacional. Esse ponto, que já aparece anunciado no resumo, se desenvolve ao longo da narrativa de duas formas:

- a. **Avaliação externa:** quando o narrador suspende o fluxo narrativo como um parêntese para observar o seu ponto.
- b. **Avaliação encaixada:** quando, por meio de recursos expressivos, sem interrupções no fluxo de eventos narrados, o narrador insere dramaticidade ao relato, indiciando o sentido como os acontecimentos devem ser entendidos.

Para Linde (1993), a avaliação, que aparece em qualquer momento da narrativa, é não só o espaço em que se alinhava a razão de ser da história no discurso, mas também a parte da narrativa que fornece pistas sobre como a narrativa deve ser compreendida; sobre os valores morais atribuídos ao evento narrado e também aos seus componentes: o próprio narrador, os personagens da história, o relacionamento entre eles, etc.

A avaliação configura-se, então, como o aspecto mais fundamental para a construção de identidade. Para Bastos (2003), é nesse momento que o falante encontra espaço para comentar aspectos do que foi narrado, deixando entrever, pelas pistas semióticas, crenças, valores, afiliações, posicionamentos na hierarquia social e qualificações, por exemplo.

- 5) **Resultado:** revelação do desfecho da complicação narrativa, momento em que o narrador revela o que “finalmente aconteceu” (Labov, 1972:370).
- 6) **Coda:** Encerramento do relato com uma síntese, avaliação dos efeitos da história ou retomada do tempo presente.

Embora esse modelo influencie muitas pesquisas que, assim como esta, utilizam-no como critério para identificação formal das narrativas, algumas

críticas e revisões vêm sendo experimentadas (por exemplo, Bastos, 2005). Quanto aos aspectos formais, a crítica mais recorrente se dá em relação à forma como gêneros menos prototípicos de narrativas são negligenciados no modelo laboviano. Motivações e contextos interacionais diferentes daqueles investigados por Labov (que coleta seus dados basicamente a partir de entrevistas) geram formas narrativas diferentes das canônicas. Nesse sentido, relatos de ações habituais – narrativas baseadas em ações repetidas sem mudança para uma ação complicadora – e histórias hipotéticas – que não aconteceram ou que estão projetadas para o futuro, além de outros tipos de “*small stories*” (Georgakoupoulou, 2006; Bamberg e Georgakoupoulou, 2008; Bastos, 2008) têm sido cada vez mais incluídos no escopo dos estudos da área.

Outra crítica comum aos estudos de Labov, relacionada aos desenvolvimentos atuais dos estudos de linguagem e suas relação com a constituição das identidades sociais, é o fato de estes tratarem narrativas de forma descontextualizada, de maneira a não oferecer subsídios para se pensar o papel das narrativas nas práticas cotidianas de se contar histórias e nos processos de construção de sentido que daí se depreendem.

A seção seguinte se dedica especialmente ao conceito de sequência, cuja reformulação reverbera no entendimento dos processos de construção de sentido identitário que emergem das narrativas.

6.2 Problematizando a sequência narrativa

Os trabalhos de Linde (1993) e Mishler (1999; 2002) problematizam e apresentam alternativas a um conceito central na definição de narrativas, tal como proposto por Labov: a sequência como uma propriedade linguística transparente em relação à ordem cronológica dos eventos em um postulado mundo real. Enquanto Linde argumentará que as histórias de vida são construídas mais em função de certos cânones culturais que de sua capacidade de representar eventos, Mishler, diferentemente, explora as funções da ordem temporal em narrativas, fazendo uma distinção entre tempo cronológico e tempo experiencial. Ambos os autores apresentam construtos particularmente úteis para a análise dos dados

presente neste projeto (cf. cap. 6): sistemas de coerência e ponto de virada. As subseções 4.2.1 e 4.2.2 tratam respectivamente da revisão desses conceitos.

6.2.1.

Histórias de vida e sistemas de coerência e ponto de virada

Para o encaminhamento da análise aqui experimentada, foi especialmente útil o trabalho de Linde (1993), voltado para histórias de vida – especificamente narrativas de experiências pessoais – coletadas de entrevistas. Essas histórias podem ser definidas como unidades orais que aparecem em várias ocasiões sociais em que somos impelidos a contar eventos marcantes de nossas biografias – elas mesmas tomadas como ponto –, tais como escolha de profissão, casamento, divórcio, conversão ideológica e religiosa, além, é claro, para o caso do objeto da presente pesquisa, o momento de adesão ao tráfico, específico da cultura sob escrutínio nesta pesquisa.

Num plano mais geral, o objetivo do trabalho de Linde é observar como essas unidades, a um só tempo sociais e discursivas, funcionam para a criação e manutenção de identidades: quando contamos histórias dessa natureza, estamos dizendo que tipo de pessoas somos e marcando existência em um mundo social de acordo com critérios de propriedade (*appropriateness*) e aceitação cultural; nossas histórias devem estar condizente com as expectativas e normas da vida em (uma certa) sociedade, em geral, e dos interlocutores, em particular. De acordo com a autora:

“Appropriateness is not merely a matter of how the teller happens to be felling that day; it is primarily a social matter. The exchange of life stories is a social process, and there are social demands on the nature of a life story. One is not simply free to construct a life story in any possible way. Addresses make a number of types of social demands on the nature of the teller’s story”. (Linde, 1993: 7)

Em outras palavras, as identidades sociais, para Linde, se deixam transparecer nas histórias porque nelas se constroem sentidos de pertencimento de forma coerente com as afiliações que pleiteamos para nós mesmos; estamos também organizando o mundo que nos cerca, de modo a estabelecer relações de

continuidade entre fatos e incidentes, de forma compatível com os valores e crenças básicas de nossa sociedade.

Tais relações são estabelecidas nas histórias de vida por dois princípios que emergem da ordenação de suas partes, a partir dos quais um nexos narrativo se constrói. São eles a causalidade (razões que justificam escolhas em histórias de vida) e a sequencialidade. Tendemos a ver causalidade emergindo da estruturação sintática das ações narrativas, ajudadas por vezes por outros recursos formais, como conectivos de causa, explicação ou consecutividade. Mas sequência, aqui, é, no entanto, tomada em um sentido diferente daquele estabelecido por Labov: conforme já se disse, segundo Linde, o modo de concretização desses princípios é culturalmente determinado (isto é, não necessariamente determinado por uma ordem cronológica dos fatos tais como eles realmente tenham acontecido). Isso quer dizer que, em um nível mais macro, o que se tem na estruturação das experiências é um conjunto de crenças compartilhado por membros de um dado grupo que “autoriza” a possibilidade de um fato causar outro; é preciso saber, no seio desse grupo, o que conta como uma boa razão para um evento.

As análises de Linde, por exemplo, se debruçam sobre histórias de escolha profissional e as causas atribuídas narrativamente a opções de vida dessa natureza, entendendo que, dentre os indivíduos norte-americanos de classe média, este é um tópico central nas conversações cotidianas, uma vez que a profissão se apresenta como um elemento biográfico relevante, a que se atribui valor social positivo (Goffman, 1959). É comum, em tais histórias, que sejam construídas relações de causa e efeito condizentes com justificativas consideradas culturalmente apropriadas a histórias de sucesso. Elementos como habilidades pessoais manifestadas desde a mais tenra infância (“eu era bom nisso”, “desde criança me interessava por esse assunto”, por exemplo) são alocados como causas diretas para a escolha de uma determinada profissão na vida adulta. A adequabilidade dessas causas, do ponto de vista da cultura da classe média norte-americana, pelo menos, é o que confere coerência ao discurso.

Um ponto importante da teoria de Linde é que tal coerência não está diretamente costurada nos aspectos formais da narrativa, mas sim em certos discursos estabilizados e compartilhados (*esquemas*, para a autora) que podem ser de basicamente dois tipos: esquemas do senso comum – crenças ou pressupostos assumidos e compartilhados por membros de uma cultura – ou um sistema de

coerência, isto é, sistemas especiais que derivam diretamente de teorias especializadas científicas/acadêmicas que o falante pode escolher usar para explicar eventos. No meio termo entre teorias e senso comum, os sistemas de coerência consistem em versões populares daquelas, funcionando como recurso para estruturar a experiência em narrativas socialmente compartilhadas. Exemplos comuns desses sistemas são as versões que circulam socialmente sobre psicanálise (predominantes nos dados analisados por Linde), a astrologia, o behaviorismo, o feminismo ou – acrescento, novamente em função dos encaminhamentos desta pesquisa – o marxismo. São esses sistemas que determinam a ordenação discursiva dos fatos na história, bem como a relação entre esses fatos que emergem da sequenciação. Para ilustrar esse funcionamento, Linde chama atenção para a diferença entre dizer “desisti de ser bancário porque detestava isso” ou “desisti de ser bancário porque meu pai também era e eu sempre tive uma relação de amor e ódio com ele” (cf. Linde, 1993:164). No segundo exemplo, um nível de organização argumentativa, baseado em premissas derivadas da psicanálise, parece estruturar as relações de causalidade e a sintaxe narrativa das orações, que, sem ele, não faria sentido.

De maneira resumida, pode-se dizer que é justamente ao criar ordens e justificativas para as nossas escolhas e eventos das histórias de vida, de forma sempre costurada por sistemas de conhecimento compartilhados, que negociamos nossos múltiplos pertencimentos a categorias sociais. Esse é um trabalho em que nos engajamos cotidianamente: “montamos” nossas biografias, atribuindo sentido aos eventos de modo a conformá-los nos princípios abstratos legítimos para aqueles com quem queremos nos identificar. Linde ressalta que essas histórias, no entanto, estão em constante processo de revisão e reinterpretação.

Um outro ponto do trabalho de Linde relevante para a presente pesquisa é que, quando as narrativas apresentam um sistema de coerência, todos os seus níveis de construção -- desde as orações -- estarão consistentes com esse sistema. De fato, os dados analisados apontarão para estruturas sintáticas (do ponto de vista oracional) condizentes com o sistema sustentado das histórias de vida dos internos contadas em situação de entrevista. Voltarei a essa questão mais adiante, no capítulo 7 deste trabalho.

6.2.2 Tempo experiencial e pontos de virada

Também de maneira contrastante com a visão segundo a qual há uma “correspondência temporal linguagem-realidade” e que as orações, para serem narrativas, precisam satisfazer o requisito de serem dispostas de forma a acompanhar os episódios lineares do mundo real, o trabalho de Mishler (1999; 2002) apresenta ampliações significativas para o conceito de sequência narrativa. De maneira análoga a Linde, Mishler questiona o critério cronológico como base para estruturação de histórias bem-formadas, argumentando que “a ordenação temporal é uma função tanto das preferências culturais por histórias bem formadas quanto da natureza situada que caracteriza a atividade de contar histórias” (2002: 98). O autor, então, passa a explorar as funções da ordem temporal em narrativas, fazendo uma distinção entre tempo cronológico e tempo experiencial.

Para Mishler, baseado em Ricoeur (1980 *apud* Mishler, 2002), um enredo narrativo pode construir unidades significativas a partir de eventos dispersos, organizados em função do modo como sabemos que a história termina, ou seja, organizamos eventos descontínuos, hierarquizando-os em função de um “sentido de final”: “temos de saber como a história termina para só então podermos entender como eventos anteriores na sequência funcionam como inícios ou meios” (Mishler, 2002: 103). O tempo narrativo é, assim, ao invés de linear, governado “por um olhar retrovisor desde o presente (...), isto é, pela situação em que os contadores se encontram depois que algo lhes aconteceu no passado” (*idem*). Uma história é, então, uma retrospectiva perspectivada, subjetiva e avaliativa.

O conceito de “ponto de virada” ilustra bem esse posicionamento. De acordo com Mishler, certos incidentes biográficos que acontecem de forma repentina e inesperada, geralmente relatados em histórias de vida, são responsáveis por modificar a compreensão sobre experiências passadas, ressignificando-as em um novo processo de historiação. A partir do modo como lidamos com o tempo narrativo, podemos nos reposicionar e aos outros em novas “redes de relações”.

Re-arrumar eventos do passado em função de uma nova compreensão destes ou em função de propósitos interacionais diversos tem consequências claras para a forma como entendemos os processos de construção identitária: ao recriarmos

contextos e revisarmos ações passadas ao longo do tempo ou em diferentes situações sociais, tanto os eventos quanto os personagens que performamos vão se adequando de forma que isso contribua para os propósitos interacionais da história:

“Cada um dos nossos “eus” parciais é um personagem em uma história diferente, na qual somos posicionados de modos diferentes em nossas relações com os outros que constituem nossos diversos mundos sociais” (Mishler, 2002:110).

Dessa forma, pode-se dizer que a proposta de Mishler questiona, a um só tempo, tanto o modelo linear de tempo, quanto as visões sobre o desenvolvimento da identidade que a tomam como um projeto unitário. Mishler, ao contrário, reforça concepções relacionais sobre construção identitária (cf. seção 6.3.3). Segundo o modelo do autor, as vidas não têm um significado unitário e coerente, mas estão “no fluxo de contradições e tensões dos diversos mundos sociais nos quais simultaneamente somos atores e respondemos às ações dos outros” (idem).

6.3

O problema da representação e as funções narrativas

Além de oferecer *insights* sobre construção de identidade nos textos narrativos e revisar o critério de ordenação cronológica, reflexões como as de Mishler e Linde aqui expostas encaminham uma problematização da noção de representação nas narrativas. Duas formas de pensar as relações entre narrativa e verdade foram apresentadas até aqui de forma assistemática: i) narrativa como forma de recapitular realisticamente a experiência e ii) narrativa como uma forma de constituir uma realidade sempre revogável e em função de padrões culturais e/ou interacionais.

Se, a partir dos estudos mencionados acima, concordarmos que as histórias não servem fundamentalmente para informar um “real” que lhes antecede e sobrepõe, então, o que se está reivindicando para as narrativas são justamente outras funções, mais complexas e demonstradamente bem comuns na experiência cotidiana, relacionadas ao impacto emocional, às relações afetivas e culturais, que, sendo assim, não se submetem a julgamentos em termos de valores de verdade.

Uma outra maneira de colocar essa questão é: se considerarmos, conforme Grice (1975), que uma interação modelar é aquela que se baseia em princípios de economia e cooperação, então por que razão, frequentemente, pessoas de várias culturas, nas mais diversas ocasiões sociais, violam a relevância conversacional engajando-se na elaboração de longas histórias para sustentar um ponto?

Três possíveis respostas, de natureza sócio-cultural, que aparecem de maneira relevante na maioria dos trabalhos sobre o tema, poderiam ser aqui sistematizadas: a construção de sociabilidade; a conformação da experiência em padrões públicos de aceitação; a construção de um sentido de quem somos e do mundo que nos cerca.

6.3.1. Narrativa e sociabilidade

Contamos histórias cotidianamente porque esse é um costume; porque é normal (na acepção sociológica do termo) fazê-lo. De acordo com Bruner, e com o aval de outros pesquisadores que se dedicam à estrutura e emergência das narrativas em contextos espontâneos (por exemplo, Sacks, 1984; Garcez, 2001, Mishler, 1986 entre outros), contar histórias tem uma centralidade cultural que não deve ser subestimada.

As observações sobre essa prática conjugam dois fatos observáveis: (i) o ato de contar histórias é socialmente estruturado (sob a forma de um costume) e (ii) o “saber” do ator social no que diz respeito a esse processo é parte do repertório de saberes essenciais para o juízo de normalidade aferido por parte do grupo do qual ele faz parte (cf. Garcez, 2001).

Sendo tão frequentes e elementares, as narrativas são, no entanto, altamente regradas, tendo essas regras implicações sobre: em que situações são permitidas/requeridas as histórias; o que pode ou não ser contado em uma situação social; de que modo a experiência contada será distribuída entre os atores sociais que puderam ouvi-la (a esse respeito, ver Sacks, 1984).

Todo esse saber que parece inerente à capacidade, que certamente todos temos, de contar histórias estaria conformado ao princípio já mencionado, segundo o qual o que fazemos em sociedade reflete nossa habilidade de ser

comum; constitui-se em um trabalho, um esforço, do qual poderíamos falar naturalmente se nos fosse perguntado e do qual lançamos mão, os falantes e os ouvintes, para demonstrar que sabemos o que vale para ser normal (também Sacks, 1984).

Uma das principais consequências de se entender a narrativa como uma prática cultural é que passamos a concebê-la como algo destituído de uma função fundamentalmente informacional. O efeito pragmático das narrativas, ou efeito de seu uso, é, antes, afetivo, relativo ao reconhecimento dos atores como membros de uma cultura, de uma comunidade de prática, de uma família... Isso se relaciona muito proximamente à teoria de Simmel (1902), para quem a conversa cotidiana espontânea – e naturalmente as histórias que dela emergem – é a pedra sociológica fundamental, que se caracteriza justamente pela falta do propósito de informar; pelo desejo de estar na companhia de outras pessoas, segundo ele, a forma mais básica de sociação. Nas palavras de Garcez (2001): “se contar histórias é preciso, é preciso, antes de mais nada, contá-las na conversa cotidiana que é o berço da sociabilidade humana”.

Aqueles que estudam o funcionamento da narrativa na interação, que se empenham em reconhecer e descrever sua emergência na interação espontânea (Garcez, 2001, entre outros), comumente se deparam com certas regularidades nas ações de contá-las e ouvi-las. A principal e mais natural delas é a sistematicidade e previsão, por parte dos interlocutores, da suspensão da troca de turnos necessária à introdução da narrativa na conversa. A expectativa da troca de turnos frequente e distribuída, pressuposta à conversa cotidiana, é quebrada sem que isso cause estranhamento ou perda de atenção da parte dos interlocutores (cf. Garcez, 2001). Um turno mais longo é naturalmente concedido ao falante que deseja contar a história, fato que explicita uma ideia de cooperação um tanto diferente daquela oriunda, por exemplo, dos já citados estudos griceanos. Agora, a brevidade e a relevância, tomadas como resultado das máximas da comunicação advogadas por Grice, importam menos que o prazer de desenvolver e escutar histórias de vida. Se a ideia é relatar um acidente presenciado no caminho para o trabalho, por exemplo, não haveria modos mais econômicos, relevantes – e até sinceros – de fazê-lo? Norrick (1997, 1998), por exemplo, descreve situações igualmente comuns, em que o mesmo contador, para plateias diferentes, adapta indicialmente os elementos de sua história, moldando-a conforme as circunstâncias.

Outro fato empiricamente observável descrito por Garcez (2001) é o fenômeno das segundas histórias: as narrativas, quando iniciadas em conversas cotidianas, normalmente vêm em séries. Como num ritual de pajelança, outras histórias se seguem à primeira, como forma de se solidarizar com o interlocutor, demonstrar compreensão acerca do que foi dito, explicitar envolvimento (Tannen, 1989), ou simplesmente manter a fluência conversa. O interlocutor “lembra de alguma coisa e, então, conta uma história semelhante à que foi contada”. Notam-se também, nesse tipo de situação, efeitos pragmáticos, ou de sentido, muito diferentes daqueles classicamente atribuídos à fala pelos modelos informacionais de comunicação. As atividades de contar histórias são envolventes e prazerosas também pela “eufonia” (cf. Rousseau, 1981) resultante de sua criação por vezes performática (Bauman, 1986).

E quanto às narrativas repetidamente contadas a interlocutores que já conhecem o seu conteúdo, ou que também presenciaram o evento narrado? Em que medida se pode afirmar que elas são cooperativas ou conformadas a um modelo comunicativo informacional em sentido estrito? Goodwin (1984) e Mandelbaum (1987) descrevem histórias co-narradas dessa natureza, geralmente introduzidas por prefácios do tipo “lembra a história do...”. De acordo com Garcez (2001), essas narrativas servem para marcar o pertencimento e exibir os valores do grupo; servem, portanto, à intersubjetividade.

Esses são alguns dos possíveis efeitos mais centralmente atribuíveis a esses discursos conforme eles aparecem nas circunstâncias analisadas até hoje, e em que se teve o olhar para as molduras maiores das quais as narrativas eram parte.

6.3.2. Narrativa e normalização da experiência “extraordinária”

Na área da psicologia social, o trabalho de Jerome Bruner (1990) explora a construção das narrativas cotidianas como uma prática cultural recorrente e básica na vida humana. Conforme explorarei mais adiante, também Bruner vê as narrativas não como um discurso que conta o real, mas que está a serviço do que é culturalmente aceito. Resumidamente, a ideia de Bruner é que as narrativas

transformam eventos, por vezes extraordinários e contraditórios, em histórias que se conformam às expectativas do grupo em termos de forma e conteúdo.

De acordo com o autor, e de maneira bem semelhante a Linde, os significados atribuídos às experiências humanas são públicos, construídos intersubjetivamente, a partir de sistemas interpretativos culturais baseados em modelos cognitivos ou esquemas de conhecimento (crenças, desejos, etc), compartilhados no senso comum. São as narrativas, então, mecanismos de construção que organizam – ou conformam – a experiência, por natureza porosa e descontínua, nesses sistemas.

Uma ideia, decorrente desta primeira, e especialmente importante para a análise que ora encaminhamos, é que narrativas são desnecessárias quando as coisas são como deveriam ser. Elas são construídas quando há violação (tomando ainda emprestada a noção pragmática de cooperação de Grice) dos esquemas de crenças culturalmente compartilhadas.

Assim como para Linde (1993) e para toda a filosofia construcionista que nega o mimetismo da linguagem, a narrativização dos fatos não está fundamentada no real, e sim numa relação interna ao discurso e, adiciona Bruner, aos cânones culturais. Em outras palavras, uma história é uma montagem de um mundo possível, onde a excepcionalidade ou o extraordinário torna-se verossímil; onde um desvio dos padrões se torna compreensível (segundo exemplo do autor, uma pessoa que se depare com um funcionário dos correios, por exemplo, vestido com as cores da bandeira nacional e portando confetes e serpentinas, ao narrar o ocorrido, atribuirá causalidades que tornem o acontecimento verossímil; poderá supor que se trata de um louco, ou que fosse o dia algum feriado nacional de que não se deu conta. Enfim, o narrador conformará o extraordinário dentro de padrões de aceitabilidade, porque a própria estrutura sequencial da narrativa exige o apontamento de uma causalidade que precisa “fazer sentido”).

Uma ideia semelhante se encontra em Sacks (1984), para quem a construção de narrativas é parte do trabalho de tornar-se comum, em que conformamos o que vemos a um padrão de normalidade, encaixando a experiência em modelos de comportamento comuns a nossos pares, de modo a equilibrar a ordem social.

Dessa forma, enfatiza-se o caráter agentivo da atividade narrativa, que, seja pela criatividade (Riessman, 1993), pelo fluxo de emoções (Bastos, 2005), ou pela cultura, é capaz de reestruturar a experiência, de modo que, sob o olhar de Bruner,

mesmo a memória de nossas experiências (as quais relatamos nas narrativas) é moldada e entendida pela participação em sistemas simbólicos de produção e interpretação situada de significado. E é por conta da atualização constante dos fatos sociais/biográficos na cultura, a partir das práticas de interação, que os significados alcançam uma forma pública –“não-autística”, nas palavras do autor.

É importante notar que, a partir do entendimento de que a narrativa “cria” nossas biografias e realiza ações sociais, ao invés de simplesmente sequencializar eventos reais, Bruner tacitamente marca a adesão de suas reflexões à visada pragmática, tomando o significado como ação e assumindo que o estudo dos processos envolvidos em sua construção deva ser o tema central da psicologia humana.

6.3.3. Narrativa e construção de identidade

Já foi dito, na introdução deste capítulo, que as narrativas são práticas discursivas frequentemente eleitas para se pensar as relações entre discurso e identidades sociais. De fato, todas as pesquisas aqui revisadas concordam que construção de sentidos identitários é uma das consequências do engajamento nessa prática discursiva que é a produção e a interpretação da narrativa. Isso porque, conforme lembra Bastos (2005), as escolhas que fazemos ao nos introduzir como personagens em certos cenários, em meio a outros personagens e ações se dão em função do modo como nos posicionamos mesmo que contingencialmente em relação a esses elementos, sendo parte um processo de apresentação e interpretação de pelo menos “algumas dimensões de quem somos” (idem). Consoante a autora:

“Construímos quem somos sinalizando e interpretando tanto afiliações a categorias sociais (classe social, gênero, profissão, religião, etc) e posições na hierarquia da interação (status e papéis), quanto a atribuições de qualidade de qualificação de orem mais pessoal. Ao contar histórias, situamos os outros e a nós mesmos numa rede de relações sociais, crenças, valores, ou seja, ao contar histórias, estamos construindo identidades.” (Bastos, 2005: 81)

As posições teóricas aqui apresentadas se alinham com outros estudos, que buscaram dar conta da relação entre discurso, cultura e identidade (Butler, 1990;

Bucholtz e Hall, 2003; 2005; Moita Lopes, 2002; 2003; entre outros.). De maneira geral, tais estudos comungam a visão de identidade como performance contextual, dialógica e multifacetada, que emerge de maneira co-construída para fins interacionais localmente situados, ainda que quase sempre baseados naquilo que é culturalmente aceito. Particularmente interessados na contemporaneidade, tais estudos subscrevem duas das questões mais frequentadas dos dias de hoje.

A primeira delas diz respeito às discussões anti-essencialistas sobre a fragmentação do sujeito moderno (Hall, 1999). Assume-se como ideia básica que, na atualidade²⁰, as pessoas estão cada vez mais expostas à percepção da heterogeneidade identitária coexistindo num mesmo ser social (Moita Lopes, 2006). Hall, tal como os desenvolvimentos da Escola de Chicago (cf. capítulo 3), descreve um sujeito pós-moderno profundamente abalado pelas transformações do mundo contemporâneo, marcado por uma identidade cultural dispersa, sem essencialidades e permanências. Mesmo mecanismos de identificação cultural básicos como pertencimentos a nações e famílias se deslocam nesse processo.

Além disso, a concepção de um mundo poroso, em que habita um sujeito contingente, descentralizado e ambivalente, mais do que uma constatação histórica, parece ser também uma postura epistemológica. À questão da “construção social da realidade” desenvolvida por Schutz e divulgada por Berger e Luckmann (1966[1999]), a vertente conhecida como socioconstrucionista acrescenta uma ênfase que recai sobre o caráter linguístico-discursivo dessa construção. Resumidamente, adotar a perspectiva socioconstrucionista significa apostar que os sentidos – estando as identidades aí compreendidas – tornam-se apreensíveis na e pela elaboração discursiva, estando reconhecido o potencial demiúrgico da linguagem sobre tudo o que reconhecemos como existente (cf. Gergen, 1985; Ibañez, 1994, entre outros)²¹. Especificamente no que diz respeito às identidades, o que se reconhece – de maneira análoga ao que se vê em Goffman – é a força produtiva dos processos interacionais sobre as identidades, tomadas

²⁰ Como este trabalho apresenta um recorte ainda estreito, não me preocupei por ora em apresentar uma revisão dos autores que pensam a pós-modernidade de um ponto de vista histórico-cultural. Para esses fins, remeto a Bauman (2001; 1999), Jameson (1991), Giddens (2000), Giddens et al. (1997), entre outros.

²¹ Vertentes de estudos discursivos que subscrevem o construcionismo consideram-no também uma postura crítica. Quando se elege as identidades como objeto, por exemplo, compromete-se, segundo essa visão, com a transformação social pela negação de versões estáticas e fundamentalistas sobre pessoas e grupos sociais (cf. Moita Lopes, 2006).

como estabilidades aparentes derivadas de processos de performance discursiva (Butler, 1990).

Reconhecidos os aspectos históricos e epistemológicos da discussão, Bucholtz e Hall (2005), por exemplo, apresentam, de forma sistemática, as identidades sociais como um fenômeno centralmente linguístico; isto é, como posicionamentos indiciais do *self* e do outro produzidos na interação, estando aí localizada a necessidade de se pesquisá-las no nível interacional, onde a linguagem ganha significado social. Os seguintes princípios orientariam tal produção de significado:

- (i) emergência interacional: a identidade é produto e não fonte de práticas semióticas, sendo então um processo que emerge de condições específicas da interação, mesmo quando derivadas de interações anteriores, sendo, portanto, mais um fenômeno sociointeracional que interno e psicológico;
- (ii) posicionalidade: ao contrário de apresentar-se apenas como uma coleção de amplas categorias sociais – tais como idade, gênero, classe –, as identidades estão mais orientadas localmente por papéis temporariamente assumidos. Todavia, conforme lembra Moita Lopes (2002), uma de suas dimensões é também histórica e dependente de formações ideológicas disponíveis socioculturalmente. O aparente paradoxo se resolve se pensarmos em identidades como *projetos* “nos quais se pode engajar e dos quais também se pode se desvencilhar de modo a se construir em outro projeto” (idem, 2001:59), isto é, há uma possibilidade sempre latente de se negociar ou reverter agentivamente certos processos pelos quais somos posicionados no mundo, sobrepondo, a esses, arranjos identitários completamente novos (também Butler, 1990);
- (iii) indexicalidade: as identidades são construídas por índices, isto é, ligações semióticas entre formas de linguagem e significados sociais. De maneira congruente com o princípio da posicionalidade, não se está assumindo aqui que haja uma relação direta entre formas linguísticas e categorias sociais amplas, mas sim, conforme discussões encaminhadas por Coupland (2007) e Rampton (2006), que os recursos

linguísticos disponíveis a um falante são multivalentes, e o significado potencial de um índice deve ser ativado ou validado, ou desafiado, parodiado, subvertido, em um enquadre discursivo específico para efeitos locais particulares;

- (iv) relacionalidade: identidades não são autônomas, mas construídas em relação às posições tomadas pelos outros atores sociais envolvidos na interação e nas relações sociais; intersubjetivamente, portanto. Trata-se do aspecto dialógico do discurso; do fato de sempre estarmos dizendo algo a alguém, restringidos e orientados para a alteridade;
- (v) parcialidade: a identidade, porque relacional, é sempre parcial, isto é, construída por configurações contextualmente situadas e ideologicamente informadas. Nas palavras das autoras:

“Qualquer dada construção de identidade será em parte deliberada e intencional, em parte habitual e pouco consciente; em parte um produto da negociação e contestação interacional, em parte um produto das percepções e representações do outro, e em parte um efeito dos amplos processos ideológicos e estruturas materiais que podem se tornar relevantes na interação” (Bucholtz & Hall, 2005: 22).

Esses cinco princípios resumem um pouco da forma como as questões identitárias vêm sendo tratadas em diferentes abordagens. Assumi-los significa tratar as identidades como fragmentadas, processuais, múltiplas e por vezes contraditórias (Moita Lopes, 2001; 2002); significa entendê-las, então, como um “mosaico” (idem) de que participam muitos discursos concorrentes.

Embora reconhecido seu caráter incompleto e interminável, as identidades podem, no entanto, ser “fotografadas” no processo dialógico de negociação de sentidos no discurso (Moita Lopes, 2002). Daí a importância de se estudar o discurso e suas práticas: é o lugar onde a compreensão sobre si mesmo, pessoas e objetos se constitui e se torna acessível.

Estudos como os de Mishler (2002) olharam para a narrativa e ressaltaram em sua análise a dinamicidade do processo de construção identitária. Estudos como os de Bruner (1990) e Linde (1993) reforçaram sua suscetibilidade aos padrões culturais mais macro. Todos de alguma forma abordam o aspecto situado e relacional (dialógico) do processo, que diz respeito à natureza *conjunta* da ação discursiva de narrar, sempre orientada para plateias e situações sociais distintas.

Conforme lembra Moita Lopes (2001; 2003), é preciso ter em mente que as narrativas são parte de “embates para legitimar sentidos”, e, sendo assim, há que se considerar “quem conta histórias para quem” e “em que espaços institucionais”.

6.4. Encaminhamentos

As ideias apresentadas neste capítulo podem ser articuladas e relacionadas à proposta geral da tese nos seguintes termos:

1. Tendo definido histórias de vida como narrativas cujo ponto é um evento marcante da biografia de um indivíduo, argumento que as histórias de adesão ao crime/tráfico ocuparão um lugar dessa natureza dentre os internos entrevistados para fins desta pesquisa. De maneira coerente com o trabalho de Linde, é tarefa da análise aqui proposta caracterizar essas narrativas, a maneira como a adesão ao tráfico é construída, as relações de causalidade e sequencialidade dessas histórias, bem como os sistemas de coerência que as costuram. Como se verá no capítulo 7, a adesão ao tráfico é também por vezes construída como um ponto de virada que direciona o modo de apresentação dos narradores-personagens antes e depois desse evento.
2. A adesão ao tráfico pode ser compreendida, por muitos grupos, a partir do seu caráter extraordinário. Construir, então, de maneira condizente com a proposta de Bruner (1990), histórias de vida em que a ordem do desvio aparece conformada à ordem da normalidade é um trabalho em que os entrevistados se engajam. Essa ideia se relaciona à de Becker (1963) apresentada no capítulo 3: as narrativas de adesão ao tráfico funcionam como estratégias de neutralização que conformam o desvio a uma ordem do que é socialmente aceitável.
3. Tornando evidente a interface aqui proposta entre a sociologia interacional do desvio e a análise de narrativas, bem como a teoria sobre gerenciamento de impressões proposta por Goffman (1959 e 1988), considero que as narrativas de adesão ao tráfico são também reportáveis

pela própria natureza dos encontros mistos, em que o sujeito desviante se vê impelido a justificar positivamente a sua entrada para o crime como forma de manipular o estigma frente a um interlocutor que representa o universo da normalidade.